



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

LEI Nº 1251/1993

Que dispõe sobre incentivo fiscal à Cultura.

O Povo do Município de Passa Quatro, Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município de Passa Quatro, incentivo fiscal para a realização de projetos culturais, a ser concedido à pessoa física ou jurídica domiciliada no Município.

§1º O incentivo fiscal referido no **caput** deste artigo corresponderá ao recebimento, por parte de empreendedor de qualquer projeto cultural no Município, seja através de doação, patrocínio ou investimento, de certificados expedidos pelo Poder Público, correspondente ao valor do incentivo autorizado pelo Executivo.

§2º Os portadores dos certificados poderão utilizá-los para pagamento dos impostos sobre serviços de qualquer natureza – ISS – e sobre a propriedade predial e territorial urbana – IPTU – até o limite de 20% (vinte por cento) da receita proveniente do ISS e do IPTU.

§3º O Poder Público fixará, anualmente, o valor que deverá ser usado como incentivo cultural não superior a 5% (cinco por cento) da receita proveniente do ISS e do IPTU.

§4º Deverá ser utilizado, no mínimo, 80% (oitenta por cento) do valor destinado ao incentivo cultural instituído na presente lei, à produção de criação local.

Art. 2º São abrangidos por esta lei as seguintes áreas:

I – música e dança;

II – teatro e circo;

III – cinema, fotografia e vídeo;

IV – literatura;

V – artes plásticas, artes gráficas e filatelia;

VI – folclore e artesanato;

VII – acervo e patrimônio histórico e cultural de museus e centros culturais;

VIII – as escolas de samba e blocos carnavalescos que participem do carnaval passaquatrense e que estejam filiados à Liga das Escolas de Samba;

IX – pesquisa e documentação;

X – preservação de bens culturais e artísticos.



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

Art. 3º Fica criada a Comissão Municipal de Incentivo Fiscal – COMIF – com a finalidade de averiguar, avaliar e fixar o valor do incentivo para cada projeto cultural.

§1º Esta Comissão será composta de 3 (três) membros, de livre escolha do Executivo Municipal, e formada por pessoas de comprovada idoneidade e de reconhecida notoriedade na área cultural.

§2º Aos membros da Comissão, que deverão ter mandato de 1 (um) ano, podendo ser reconduzidos por igual período, não será permitida a apresentação de projetos durante o período de mandato.

§3º A Comissão terá por finalidade analisar os aspectos orçamentários e artísticos do projeto em relatório circunstanciado.

Art. 4º Para a obtenção do incentivo referido no artigo 1º, deverá o empreendedor apresentar à Comissão cópia do Projeto Cultural, explicitando os objetivos e recursos financeiros e humanos envolvidos, para fins de fixação do valor do incentivo e fiscalização posterior.

Art. 5º Aprovado o Projeto, o Executivo providenciará a emissão dos respectivos certificados para a obtenção do incentivo fiscal.

Art. 6º Os certificados referidos no artigo 1º, §2º desta lei terão prazo de validade de 2 (dois) anos para a sua utilização, a contar de sua expedição e serão corrigidos, anualmente, pelos mesmos índices aplicáveis à correção do imposto.

Art. 7º Além das sanções penais cabíveis, será multado em 10 (dez) vezes o valor incentivado o empreendedor que não comprovar a correta aplicação desta lei, por dolo, desvio do objetivo e ou dos recursos.

Art. 8º As entidades de classe representativas dos diversos segmentos da cultura poderão ter acesso, em todos os níveis, a toda documentação referente aos projetos culturais beneficiados por esta lei.

Art. 9º As obras resultantes dos projetos culturais beneficiados por esta lei serão apresentadas, prioritariamente, no âmbito territorial do Município, devendo constar a divulgação institucional da Prefeitura Municipal de Passa Quatro.

Art. 10. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Revogadas as disposições em contrário.

Passa Quatro, 30 de agosto de 1993.

Dr. Paulo Egídio Fonseca de Luca
Prefeito Municipal

Paulo Roberto Moraes
Diretor Administrativo